

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação, sobretudo após o processo da democratização, o acesso a educação, a participação na gestão e acompanhamento do processo de ensino – aprendizagem, a escola tem-se tentado trabalhar a sociedade actual, a forma como relacionamos uns com os outros, como ocupamos os nossos tempos livres, como tomamos conhecimento do que se passa no mundo à nossa volta, como a sociedade se organiza e entre mais. O presente trabalho de pesquisa tem como objectivo compreender o papel do director de turma na Escola Secundária Pedro Gomes, frente aos impactos das mudanças pedagógicas e intervenções educacionais, no sentido de melhorar a qualidade do ensino ministrado na escola e consequentemente melhorar a qualidade de aprendizagem dos alunos.

O estudo baseia-se na relação do Director de turma com a escola (alunos e professores), com a família (pais e encarregados da educação) e na implicação dos processos de organização da escola e na aprendizagem dos alunos. Os esforços para obter o envolvimento dos encarregados da educação nas questões da escola são muito polémicos, porque nem todos os encarregados da educação comparecem na escola para saberem como é que os seus filhos estão.

O Director de Turma desempenha na escola um papel muito importante por: promover a integração dos alunos nos grupos, na turma e na escola; garantir aos professores de turma a existência de meios e documentos de trabalho e a orientação necessária do desempenho das actividades educativas; fomentar o diálogo com os alunos e pais encarregados da educação; assegurar as condições de participação dos professores na planificação dos trabalhos, na acção disciplinar e de informação e esclarecimento; garantir a informação junto dos pais encarregados da educação acerca do aproveitamento e integração dos alunos.

Nesta respectiva, o objecto de estudo deste trabalho centra-se no papel do Director de Turma na Escola Secundária Pedro Gomes e sua implicação no processo do ensino-aprendizagem dos alunos.

Na elaboração dos instrumentos para levantamento e análise de dados utilizamos a seguinte metodologia: pesquisa documental: recolha dos dados estatísticos e informações da escola, selecção e análise dos documentos bibliográficos e documentos legais/oficiais, elaboração e aplicação de questionário (ver anexo), entrevistas e tratamento das informações.

No que se refere à estrutura, o presente trabalho apresenta uma introdução, seguida de uma subdivisão em cinco capítulos que são: Capítulo I – Fundamentação Metodológica, Capítulo II – Contextualização, Capítulo III – Fundamentação teórica, Capítulo IV – Estudo do caso Papel do director de turma na Escola Secundária Pedro Gomes, (caracterização da escola), Capítulo V – Análise de dados seguido de uma Conclusão, Recomendações, Bibliografias e os Anexos.

O capítulo I apresenta a fundamentação metodológica, pergunta de partida/problemas de pesquisa, os objectivos gerais e objectivos específicos, formulação de hipóteses, caracterização da amostra, procedimentos e dificuldades encontradas.

O capítulo II apresenta a contextualização da educação em Cabo Verde, estrutura e a organização do sistema educativo ao período em estudo e nos tempos antecedentes referente a evolução do subsistema do ensino secundário em Cabo Verde. Neste mesmo capítulo abordamos a situação actual da educação em Cabo Verde e caracterização, as normas que regulam o ensino secundário em Cabo Verde.

O capítulo III apresenta a fundamentação teórica, Atribuições do director de turma, Conceito do conselho de turma, conceito do director de turma, papel do director de turma, A gestão curricular do director de turma, Contexto global da turma, caracterização da turma a nível dos alunos, reconstrução curricular, diferenciação curricular, Adequação curricular e no mesmo capítulo abordamos a liderança e gestão curricular no quadro do conselho de turma e os inconvenientes do não cumprimento das funções do director de turma, actuação do professor perante a indisciplina.

O capítulo IV apresenta o estudo do caso, o papel do director de turma na Escola Secundária Pedro Gomes, (caracterização da escola), Historial da evolução da escola, caracterização física da escola, caracterização do corpo docente, caracterização do corpo discente e organização da escola.

No Capítulo V apresenta a análise dos dados seguido de uma conclusão, recomendações, bibliografias e anexos.

Com este trabalho, esperamos contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel do director de turma na escola e fornecer algumas pistas para melhorar a actuação do director de turma objectivando o melhor cumprimento das suas funções, contribuindo dessa forma numa melhor organização das turmas, nas escolas, e uma boa formação cívicas dos alunos.

A temática em estudo, (o papel do director de turma na escola secundária Pedro Gomes) surge na inquietação que temos sentidos enquanto profissionais e estudantes de educação ao longo dos tempos, sobre a forma como o director de turma e os pais encarregados

da educação têm-se interagido em relação a aprendizagem escolar dos alunos. Pois, o processo educativo deveria ser integral, visando assim, envolver toda comunidade educativa. Por outro lado, este estudo justifica-se porque hoje, as nossas escolas enfrentam grandes desafios em trabalhar no sentido de melhorar o processo do ensino – aprendizagem dos alunos em sala de aulas. E a reflexão sobre a participação de todos os órgãos de gestão que envolvem o processo educativo torna – se cada vez mais necessário.

Capítulo I – Fundamentação Metodológica

Em termos de metodologias, apoiamos nas fontes bibliográficas (literaturas e documentos legais); a elaboração e aplicação dos questionários aos alunos, professores directores de turma, e pais encarregados da educação na Escola Secundária Pedro Gomes e a observação do funcionamento e organização da escola acima referido. A pesquisa documental constituiu uma técnica relevante para se depreender as tendências, perspectivas e as abordagens que informa os comportamentos humanos e práticas educacionais, buscando identificar informações factuais nos documentos a partir das questões e das hipóteses do interesse da nossa investigação.

Para Ludke e André (1986), a análise de documentos pode ser a única fonte de dados o que costuma ocorrer com mais frequência em pesquisas qualitativas. Nesse caso ela pode ser utilizada tanto como uma técnica exploratória (indicando aspectos a serem focalizados por outras técnicas), como para “checagem” ou complementação dos dados obtidos por meio de outras técnicas.

Alves Mazzotti e Gewanzsnajder (1998), citando Becker (1997,p.169). Afirmam que qualquer que seja a forma de utilização dos documentos o pesquisador precisa conhecer algumas informações sobre eles, como por exemplo, por qual instituição ou por quem foram criados, que procedimentos e/ ou fontes utilizaram e com que proposto foram elaborados.

“Aplicação dos questionários implica que se conheça o mundo de referência (...); a construção dos questionário exige uma escolha prévia de factores discriminantes e classificação a priori dos elementos determinantes” (Blanchet & Gotman, 1992, pag. 40-41).

O questionário precisa ancorar-se em categorias; quando bem definido assegura a consistência dos dados e potencializa a densidade da análise e interpretação dos mesmos.

A observação permitiu-nos verificar os acontecimentos no próprio momento em que se produzem as interacções entre a comunidade educativa.

A construção de um guião de entrevista e questionário foram um outro momento. Estes foram aplicados de uma forma aleatória a alunos, professores, e comunidade, de forma a proporcionar reflexão sobre o tema em estudo. Depois da aplicação destes instrumentos trabalhamos sobre as respostas dadas, elaborando as conclusões com base nas respostas encontradas.

As perguntas foram abertas de uma forma que toca mais os entrevistados e os inqueridos, podendo contudo através da aplicação dos mesmos, surgir outras questões que pode enriquecer o trabalho. Um outro procedimento complementar de pesquisa escolhido trata-se da pesquisa na Internet o que constituiu um momento importante na aproximação com as informações sobre temas de interesse do nosso trabalho.

Assim posto, apresenta-se o problema do presente estudo focalizado na seguinte questão: Qual é a implicação educacional do papel do director de turma no processo de ensino-aprendizagem dos alunos na Escola Secundária Pedro Gomes?

Objectivo do estudo

Objectivo geral:

- Compreender o Papel de Director de turma e sua implicação no processo do ensino-aprendizagem dos alunos na Escola Secundária Pedro Gomes.

Objectivos específicos:

- Identificar as actuações do director/orientador de turma perante o desenvolvimento pessoal, social e escolar dos alunos.
- Verificar a implicação do papel do director de turma na aprendizagem dos alunos.
- Identificar formas de comunicação entre a escola e os encarregados de educação.

Formulação de hipótese:

Neste estudo, propomos três hipóteses a considerar:

- 1) O director de turma na Escola Secundária Pedro Gomes tem sido o elo de ligação entre os alunos, a escola, o meio, os encarregados da educação, os professores de turma e a coordenação dos professores.
- 2) O director de turma é o mediador das questões de carácter pedagógico na integração do aluno na escola na turma e nas diferentes disciplinas.

3) O director de turma na Escola Secundária Pedro Gomes tem contribuído para a melhoria do processo do ensino aprendizagem dos alunos.

Caracterização da Amostra

Foi inquirido um total de 30 professores (todos os professores directores das turmas no ano lectivo 2005/06, e a alguns professores que desempenharam essa função no ano transacto). Do grupo desses professores 16 são do sexo feminino, 14 do sexo masculino, com a idade compreendida entre 28 a 53 anos sendo a maioria (17) com mais de 8 anos de serviços.

Acerca da percepção dos alunos sobre o funcionamento desta Escola, foram inquiridos aleatoriamente 30 alunos de ambos os sexos, de 12 aos 19 anos de idade, pertencente a todos os níveis do ensino secundário. Ainda foram inquiridos 10 pais e encarregado de educação referente aos alunos dos diferentes níveis, afim de conhecer as suas percepções referentes ao funcionamento da Escola.

A escola Secundária Pedro Gomes possui 105 professores, onde foram inquiridos 30 professores directores de turma, sendo 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. A idade dos professores directores de turma inquiridos, compreende na sua maioria entre 37 a 47 anos de idade representando 44% e 31 a 36 anos de idade correspondendo a 20,7%. Dos professores que existe na escola, 32 possuem o quadro definitivo, 76 tem o contrato a termo.

Para conseguir os dados sobre a temática em estudo, dos 2.393 alunos foram inquiridos 30 alunos dos quais inquiridos 5 alunos por cada ano de escolaridade. Desses 30 alunos inquiridos 17 são do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Em relação a idade dos inquiridos estes estão divididos em dois grupos, 40% dos alunos inquiridos estão na faixa etária dos 11-15 anos de idade, 60% estão na faixa etária dos 16-19 anos de idade. Quanto ao local de residência, 20 dos alunos inquiridos são da zona de Achada Santo António, 6 de Eugénio Lima e 4 são das outras zonas periféricas da Praia.

Foram inquiridos 10 Pais e Encarregados de Educação, sendo 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino estes pais tem a idade entre 36 a 41 anos de idade, com o 2º ano do ciclo antigo e com a residência nos bairros de Achada Santo António e Eugénio Lima.

Procedimentos

Na primeira fase deste trabalho houve a preocupação de fazer um levantamento exaustivo dos dados, nomeadamente das pesquisas bibliográficas de obras que versam sobre esta temática, análise da legislação sobre Lei de Base do Sistema Educativo.

Numa segunda fase do trabalho realizamos questionários estruturados, a alunos, professores Directores das turmas, e pais encarregados da educação. A elaboração dos questionários foi antecedida da consulta da Legislação cabo-verdiana que faz a referência às competências e as atribuições do Director de turma. Foram elaboradas três versões do questionário: uma para os professores directores das turmas, outra para os alunos, e uma outra para pais encarregados da educação.

Posteriormente procedemos à uma pequena entrevista com os Professores Director de turma com objectivo de recolher informações complementares às outras técnicas utilizados na colecta de dados.

Dificuldades encontradas

No primeiro momento da aplicação dos questionários, não foi fácil a aceitação por parte da comunidade escolar inclusive a que fazem parte da nossa amostra. Por esse motivo propusemos aos inquiridos que respondessem o questionário no momento, sem ter que levar para casa.

Sendo assim na nossa proposta, ainda tivemos que sensibilizar os actores da escola, inclusive os pais encarregados da educação que não queriam nem entender do que se tratava. Neste sentido, optamos por explicar a utilidade do questionário a ser respondido.

CAPITULO II – Contextualização

1.1. Educação em Cabo Verde

1.1.1 A Situação Actual

A partir das informações colhidas no Plano Estratégico de Educação (2003) e do Censo 2000 da Educação, apresentamos a situação actual da Educação em Cabo Verde.

Educação Pré-Escolar

A Educação pré-escolar caracterizava-se em 2000/01 por possuir uma rede de Jardins-de-infância disseminada por todos os concelhos do país enquadrando cerca de 19800 crianças. A maioria destas crianças pertencia ao grupo etário dos [4-5] anos, atingindo-se uma taxa de escolarização, para as crianças com 4 anos, de 70,5%.

A gestão da Educação Pré-Escolar é efectuada, para a grande maioria das instituições pelas Câmaras Municipais (55% do total), pela OMCV (16%), pelas organizações religiosas (11%) e pelas entidades privadas (7,5%). As restantes entidades, como as ONG's, o ICS e a Cruz Vermelha gerem apenas 10,5% do total dos jardins-de-infância.

Nos últimos anos o sector tem sofrido alguma instabilidade com o termo da ajuda ao pré-escolar por parte de algumas ONG's e organizações de cooperação, passando a gestão de um grande número de jardins-de-infância para a alçada das Câmaras Municipais sem que para tanto tivessem sido tomadas as necessárias medidas de apoio.

Ensino Básico

No que tange aos indicadores de acesso e participação no sistema educativo, nota-se a universalização do ensino básico obrigatório de seis anos, registando uma taxa líquida de escolarização na ordem dos 96% e a taxa bruta de 117%, o acesso quase igualitário de meninas e meninos, obtendo taxas de 49% e 51%, respectivamente, sendo o índice de paridade (F/M) em torno de 0,96.

Ainda no ensino básico constata-se, a existência de elevadas taxas de repetência, sobretudo, no final da 1ª fase, razão pela qual o insucesso escolar médio no ensino básico se situa na ordem dos 12%. Persiste ainda uma grande percentagem de professores sem qualificação para leccionar do 1º ao 6º ano e uma distribuição geográfica adequadas (77% em S. Vicente contrastando com taxas inferiores a 12 % nos concelhos de Tarrafal, S.Miguel e

Mosteiros).

As assimetrias existentes na qualidade da oferta educativa são também, quer pela existência de salas alugadas ou cedidas sem o mínimo de condições, quer pela existência de um grande número de turmas compostas para quais não existem metodologias adequadas, quer ainda, pela colocação, nas zonas de difícil acesso, de docentes sem qualificação. A eficácia do ensino básico é limitada, sobretudo, devido à falta de formação adequada de muitos professores em exercício e pelo facto de se utilizarem metodologias, para o ensino da língua portuguesa e da Matemática, inadequadas ao contexto cultural e sociolinguístico dos alunos.

As escolas e os pólos educativos carecem de maior autonomia. A sua gestão, não fomenta nem facilita o intercâmbio de experiências com outras escolas e com o meio em que estão inseridas, não promove a procura de soluções inovadoras, nem proporciona uma participação efectiva dos pais e encarregados de educação na gestão escolar.

Constata-se um certo divórcio entre a escola/ comunidade e alguma agressividade com o meio escolar.

Ensino Secundário

Na década de noventa registou-se uma forte expansão do Ensino Secundário. Actualmente todos os concelhos do país possuem estabelecimentos para este nível de ensino. Apesar da grande expansão registada, o Ensino Secundário não dispõe, por enquanto, de uma estrutura adequada de modo a responder cabalmente às necessidades do desenvolvimento socioeconómico e do mercado de trabalho.

O Ensino Secundário Técnico que funciona em 4 Escolas Secundárias poderá vir a proporcionar, num futuro próximo, uma alternativa credível à preparação para a vida activa. Por enquanto, estas escolas enquadram apenas 3% do total de alunos do Ensino Secundário e a formação oferecida ainda é bastante deficiente, quer devido à falta de professores especializados, quer devido aos constrangimentos materiais que afectam a organização e o funcionamento das formações profissionalizantes.

Ensino Superior e Investigação Científica

Após a independência nacional, a grande maioria dos formandos cabo-verdianos, frequentava cursos superiores no exterior, resumindo-se as acções de formação locais, de curta duração, à organização de actividades esporádicas para responder a necessidades

conjunturais.

No início da década de noventa assiste-se à universalização do ensino básico e à posterior expansão do ensino secundário obrigando, já em meados da década, a uma forte explosão do número de candidatos ao ensino superior.

Segundo o Relatório sobre o Diagnóstico do Ensino Superior (Tolentino: 2000), com o aumento do número de estudantes que procura no exterior do país uma formação de nível superior são criados, em 1995 ISE (Instituto Superior de Educação), em 1996 ISECMAR (Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar) e em 1998 o ISCEE (Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais). Estas instituições são dotadas de autonomia pedagógica, científica, administrativa, financeira e patrimonial. No início do novo século a iniciativa privada ganha visibilidade com o aparecimento de novas instituições de ensino superior. Na cidade da Praia é criada, em 2000, a Universidade Jean Piaget e no Mindelo começa a funcionar em 2002 o IESIG (Instituto de Ensino Superior Isidoro Graça). Presentemente são oferecidos numerosos cursos de bacharelato e de licenciatura.

E não menos importante foi criada pela Resolução nº 53/ 2000 de 28 de Agosto, a Universidade Pública de Cabo Verde. O objectivo da sua criação é satisfazer as necessidades da sociedade e de oferecer maiores oportunidades de formação de quadros altamente qualificados, para o desenvolvimento, para tornar Cabo Verde mais competitivo e para a integração no mundo globalizado.

1.1.2 - Estrutura e Organização do Sistema Educativo (segundo a Lei de Base)¹

O Sistema educativo, de acordo com a Lei de Bases (Lei nº103/III/90 de 29 de Dezembro), compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extra-escolar, complementados com actividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração.

A educação pré-escolar visa uma formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família, sendo a rede deste subsistema essencialmente da iniciativa das autarquias, de instituições oficiais e de entidades de direito privado, cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas de acordo com as possibilidades existentes.

A educação escolar abrange o ensino básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino.

¹ In “ Plano Estratégico para a Educação” – Ministério da Educação, 2003.

O ensino básico com um total de seis anos de escolaridade é organizado em três fases, cada uma das quais com dois anos de duração. A primeira fase abrange actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda fase é de formação geral, visando a terceira fase o alargamento e o aprofundamento dos conteúdos em ordem a elevar o nível de instrução.

O ensino secundário destina-se a possibilitar a aquisição das bases científico tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ao ingresso na vida activa e, em particular, permite pelas vias técnicas e artísticas a aquisição de qualificações profissionais para a inserção no mercado de trabalho. Este nível de ensino tem a duração de seis anos, organizando-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica; um 3º ciclo de especialização, quer para a via geral, quer para a via técnica. O ensino médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico visando assegurar uma preparação científica, cultural e técnica, de nível superior que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

A educação extra – escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós – alfabetização e outras acções de educação permanente, tendo como objectivo a elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, orientadas para a capacitação e para o exercício de uma profissão.

A Lei de Bases prevê ainda modalidades especiais de ensino, relacionadas com a educação especial, a educação para crianças sobredotadas, e o ensino a distância.

1.1.3- Caracterização da situação no Ensino Secundário

O Ensino Secundário, organizado em três ciclos com a duração de dois anos cada, funciona em 33 Escolas Secundárias oficiais (das quais 4 oferecem cursos de Ensino Técnico) e em 22 Escolas Secundárias privadas de pequena dimensão. A grande maioria destas escolas privadas, utiliza instalações e professores das escolas oficiais recrutando, sobretudo, alunos que ultrapassam os limites de idade para frequentar o ensino secundário oficial.

No Documento 3 de preparação do Plano Estratégico, apresenta-se a situação existente no Ensino Secundário. Retirado deste documento, o Quadro 8.1 mostra um resumo da situação em 2000/2001, a nível nacional, realçando o facto de existirem elevadas taxas de repetência e insuficiências preocupantes ao nível das qualificações profissionais do corpo docente. Segundo o Documento citado, no ensino oficial, o primeiro ciclo de ES (tronco

comum) era frequentado por 50% do total dos alunos e funcionava em todos os concelhos do país. O segundo ciclo que funcionava em 25 escolas, era frequentado por 33% dos alunos e no terceiro ciclo, a funcionar em 19 escolas, estavam inscritos os restantes 17%. As taxas de escolarização são, de uma forma geral, significativas, situando-se a taxa líquida de escolarização, para o grupo etário dos [12-17] anos, em redor dos 55% e atingindo a taxa bruta de escolarização valores rondando os 64%.

Na década de noventa registou-se uma forte expansão do ensino Secundário. Actualmente todos os concelhos do país possuem estabelecimentos para este nível de ensino. Fundamental com dados estatísticos. Apesar da grande expansão registada, o Ensino Secundário não dispõe, por enquanto de uma estrutura adequada de modo a responder às necessidades do desenvolvimento socioeconómico e do mercado de trabalho.

No essencial, os diversos ciclos de Ensino Secundário Geral preparam apenas para o prosseguimento de estudos não fornecendo, aos jovens que abandonam o sistema, qualquer preparação específica para o ingresso no mundo de trabalho. O Ensino Secundário Técnico que funciona em 4 Escolas Secundárias poderá vir a proporcionar, num futuro próximo, uma alternativa credível à preparação para a vida activa. Por enquanto, estas escolas enquadram apenas 3% do total de alunos do Ensino Secundário e a formação oferecida é bastante deficiente, quer devido à falta de professores especializados, quer devido aos constrangimentos materiais que afectam a organização e o funcionamento das formações profissionalizante.

1.2.4 - Normas que regulam o Funcionamento das Escolas Secundárias²

Qualquer sistema educativo carece de uma estrutura de organização e gestão, que compreende (no caso de Cabo Verde): órgãos centrais, serviços personalizados, serviços centrais e serviços desconcentrados. Neste sentido teve a necessidade de se introduzir modificações actual sobre a organização e funcionamento das escolas secundárias, aconselhadas pela experiência decorrente da sua aplicação, pelos princípios constitucionais e políticos por que se orienta o sistema educativo e, designadamente, pela materialização do princípio constitucional. Trata-se de um decreto-lei que vem modernizar e actualizar a organização e o funcionamento das escolas secundárias, cujo regime jurídico anterior (Portaria 50/87, de 31 de Agosto) se mostrava desajustado face ao crescimento do ensino secundário e às opções e medidas de política educativa entretanto assumidas.

² Manual Plan. e Gest Inst Educat defin.

O diploma estabelece mecanismos que possibilitam a participação dos professores, pais, encarregados de educação, alunos e outros elementos representativas da comunidade na gestão democrática das escolas secundárias.

Através dos órgãos e estruturas, competências e atribuições e procedimentos consagrados no diploma DL 20/2002, trata-se de dar corpo aos princípios da qualidade e da pertinência social do ensino, reforçar a autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar das escolas secundárias. O diploma consagra os grandes princípios por que se orienta a criação das escolas secundárias, de entre os quais a obrigatoriedade de auscultação prévia dos municípios; prevê a existência de denominação e símbolos próprios das escolas; admite a possibilidade de as escolas secundárias serem geridas por entidades municipais ou privadas, como forma de partilha de responsabilidades entre o Estado, os municípios e os privados; atribui às escolas secundárias da via técnica autonomia necessária à realização de cursos de formação profissional.

A Escola Secundária Pedro Gomes, possui um documento de apoio de dossier do director de turma, para que possam organizar e estruturar melhor os seus trabalhos. O apoio de dossier de turma é constituído por seguinte partes: Folha de informação do aluno, Mapa de faltas, Comunicação de faltas, Convocatória para reuniões com pais encarregados da educação, Composição do conselho de turma, Acta de reunião do conselho de turma, Atribuições e deveres gerais dos professores, As comissões de trabalho, Organização da turma, Actividades do Director de turma. (ver no anexos).

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Atribuições do Director de Turma

As atribuições de director de turma incidem em duas áreas fundamentais: O relacionamento com os pais e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Também o director de turma desempenha funções de responsabilidade em dois órgãos: conselho de turma e o conselho de directores de turma.³

O conselho de turma – é constituído por todos os professores da turma e pelo aluno delegado de turma. Quando o conselho de turma trata de questões disciplinares, há a acrescentar ainda, a presença do representante da associação de pais. O conselho de turma é presidido pelo director de turma, com excepção dos conselhos disciplinares em que será presidido pelo conselho directivo da escola.

As atribuições do conselho de turma são de âmbito pedagógico e disciplinar e incluem:

- Dar parecer sobre questões pedagógicas e disciplinares de turma;
- Articular as actividades dos professores da turma com as do conselho de grupo no que se refere actividades interdisciplinares;
- Analisar os problemas de integração dos alunos e propor soluções;
- Colaborar nas acções que favoreçam a relação escola meio;
- Dar execução às orientações do conselho pedagógico;
- Aprovar as propostas de avaliação do rendimento escolar dos alunos apresentadas nas reuniões de avaliação.

Quando se reúne o conselho de turma?

Ordinariamente, no início do ano lectivo e uma vez por período e, extraordinariamente, sempre que quaisquer assuntos de natureza pedagógica ou disciplinar o justifiquem.

³ In **Marques**, Ramiro – *O Director de Turma / O Orientador de Turma – Estratégias e Actividades*, Texto Editora, LDA, 1ª edição, LISBOA, cit. pág. 7, 1989.

Quem convoca as reuniões do conselho de turma?

O conselho directivo, por sua iniciativa e proposta do director de turma ou de, pelo menos, dois terços dos professores da turma.

O outro órgão onde o director de turma desempenha funções de responsabilidade é o **conselho dos directores de turma.**

Entre as competências do conselho dos directores de turma convêm destacar:

- Promover a execução de orientações do conselho pedagógico;
- Analisar proposta do conselho de turma quanto a integração dos discentes e dos docentes;
- Promover a integração entre a escola e a comunidade;
- Propor formas de actuação junta das famílias;

Quando se reúne o conselho dos directores de turma?

O conselho reúne-se ordinariamente no princípio do ano lectivo e duas vezes por período. Extraordinariamente, sempre que quaisquer assuntos de natureza pedagógica ou disciplinar o justifiquem.

Quem convoca e quem preside?

O conselho dos directores de turma é convocado e presidido pelo conselho directivo e, no seu impedimento, pelo coordenador dos directores de turma.

O coordenador dos directores de turma é eleito pelos directores de turma por um período de dois anos.

Papel do director de turma.

O director de turma e os alunos encontram-se para tratar dos variados assuntos:

- Resolução de problemas surgidos na turma.

- Definição de regras e estabelecimento de compromissos de forma a minimizar problemas surgidos quer de aproveitamento quer de comportamento.
- Orientação e acompanhamento de projecto da área escola.
- Preparação de actividades a desenvolver no âmbito do plano da escola.
- Transmissão de informações sobre critérios de avaliação, normas de assiduidade, disciplinares, regulamento interno, etc.
- Apoio na organização do caderno diário, cumprimento de tarefas, elaboração de um horário de estudo. ⁴

A Gestão Curricular do Director de Turma.

Como pode e deve então o director de turma intervir na gestão curricular?

Como ponto prévio a esta questão é importante sublinhar que tal intervenção se enquadra no âmbito das suas competências, na medida em que é ele o responsável, no quadro da gestão da escola, pela área que à turma diz respeito. Por outro lado, o desempenho destas funções é essencial à eficácia da gestão do currículo que os professores realizam, no sentido de lhe conferir unidade e coerência, e de assegurar a sua adequação e coordenação face à unidade turma com que todos trabalham. Finalmente, é o director de turma quem, pela sua acção privilegiada junto de alunos e encarregados de educação, detém uma posição particular que lhe permite relacionar o conhecimento e análise de situação que lhe advém dessas diferentes vertentes de acção.

Iremos então analisar o papel do director de turma em relação a cada uma das dimensões da gestão do currículo acima enunciadas: reconstrução, diferenciação, adequação e construção curriculares. Prévia a qualquer delas está a face inicial de todo o processo de desenvolvimento curricular: a análise de situação, a que já fizemos referência e que é condição de todo e qualquer processo de gestão curricular. Esta análise deve contemplar a investigação e registo sistematizado (em dossier próprio e acessível à conduta), disponibilizado a todos os docentes e com eles analisado em reunião inicial, dos seguintes aspectos:

⁴ Marques Ramiro o director de turma e a relação educativa, editora presença -2002

1. Contexto global da turma:

Enquadramento sócio-económico e cultural: existência e caracterização de situações de diversidade ética, linguística, cultural ou outras;

Passado escolar: permanência ou dispersão da turma ao longo dos anos, situação percentual de níveis de desempenho e sua evolução por anos, permanência ou alteração do corpo docente, situações específicas a destacar;

Caracterização da turma em termos globais no que se refere a ritmos e modos de aprendizagem, estratégias que têm obtido maior sucesso, problemas de inserção na escola ou de relações intra-turma.

2. Caracterização da turma a nível de alunos:

As turmas da escola Secundária Pedro Gomes a nível dos alunos apresentam as seguintes características:

- ✓ Estabilidade ou não na formação de subgrupos;
- ✓ Situações de dificuldade de integração na turma;
- ✓ Alunos portadores de diferenças culturais ou outras;

✓ Percursos evolutivos de interesse realizados por alguns alunos. Colocam-se, a este respeito, alguns problemas relativos aos eventuais riscos de esta informação inicial poder criar nos professores representações prévias dos alunos que poderão condicionar as suas expectativas e actuações para com eles. Tal risco pode ser real, mas não parece que a solução consista em partir para o trabalho com uma turma sem saber nada acerca dela, o que inviabilizaria, à partida, uma gestão coerente do currículo e um desenvolvimento curricular adequado.

Tem então pertinência, a este respeito, o modo como o director de turma exerce o seu papel de gestão: ele terá de veicular aos colegas estes elementos relativos à análise da situação da turma e debatê-los com eles numa perspectiva formativa e construtiva, ou seja, acentuado a necessidade de usar este conhecimento da situação para adequar os processos de trabalho e as estratégias no sentido de conseguir para todos aprendizagens bem sucedidas, evitando leituras subjectivas eventualmente discriminatórias.

Reconstrução curricular

O director de turma deverá, no âmbito das suas funções de gestor/ coordenador, analisar com os professores da turma o currículo proposto, os seus princípios orientadores e os seus objectivos gerais, no sentido de todos os docentes reflectirem em conjunto sobre as propostas nele contidas e decidirem quais as prioridades a adoptarem face à análise da situação da turma. Suponhamos uma turma em que se verifica um défice considerável nas competências de leitura e escrita ou dificuldades reveladas anteriormente de desenvolver actividades de pesquisa orientada com alguma autonomia. Terá então de reconstruir-se e sequenciar diferentemente os objectivos propostos no currículo formal de modo a dar maior ênfase a estas dimensões, seleccionando e ordenando os conteúdos de forma pertinente, bem como acertar as respectivas estratégias em cada disciplina.

Ainda dentro da mesma lógica, impõe-se então que cada docente equacione o mesmo tipo de problemas para a sua disciplina, relativamente a objectivos, conteúdos e estratégias, cabendo ao director de turma promover a coerências desejável entre os ajustamentos a realizar em cada disciplina. Um outro aspecto a analisar conjuntamente tem a ver com os conceitos trabalhados em cada área e respectivo grau de aprofundamento, bem como a identificação de conteúdos, conceitos e objectivos em que diversos docentes possam articular as suas estratégias no sentido de cada disciplina contribuir para a construção ou consolidação de aprendizagens comuns, gerando assim processos de cooperação de cooperação interdisciplinar.

Diferenciação curricular

A análise da situação da turma leva sempre à identificação de diferenças entre o que é preciso considerar a nível dos processos de desenvolvimento curricular: diferenças culturais, proveniências sociais e experiências de vida, ritmos de trabalho, tipos de dificuldades de aprendizagem. Pode o Director de turma promover a análise destas diferenças com os docentes no sentido de se estabelecerem e gerirem estratégias diferenciadas de trabalho a funcionarem em simultâneo na aula. Tais estratégias diferenciadas serão, naturalmente, diferentes, em cada disciplina, mas deve ser analisado e gerido em comum o tipo de diferenças a que todos irão prestar atenção, bem como as características gerais e os modos de gerir a aula para trabalhar com grupos diferenciados. Com o Director de turma, poderão debater-se e definir-se critérios para a promoção deste tipo de trabalho, assegurando-se assim uma actuação coordenada entre os docentes, embora respeitando a especificidade das

actividades concretas que cada disciplina promoverá de acordo com a decisão e gestão individual de cada docente.

Adequação curricular

A adequação curricular requer uma gestão que passa primeiramente pelas decisões do conselho de turma e pela gestão curricular do director de turma. Colocam-se questões de adequação do currículo face ao nível etário dos alunos ou a situações de diferença cultural ou linguística, por exemplo. Tais problemas, para além de requerem a prática de estratégias diferenciadas, já referidas na secção anterior, colocam para cada caso específico, questões de adequação: como se vai tratar um conteúdo de forma adequada para uma dessas situações, sem deixar de ter em vista as metas pretendidas? Que mudanças se deverão introduzir e que formato didáctico adoptar de modo a tornar um dado conteúdo compreensível e significado para os alunos em causa? Este tipo de questões tem de ser gerido ao nível da turma, e não seria correcto que cada docente seguisse modos de adequação diversos que não tivessem sido analisados em comum. Para além disso, o debate deste tipo de problemas curriculares possibilita uma troca de experiências e saberes que irá contribuir para o enriquecimento das perspectivas de cada docente.

Tomemos, como por exemplo, a necessidade de adequar conteúdos a alunos muito jovens. Pode debater-se, em conselho de turma que tipo de comunicação torna esses conteúdos mais acessíveis e compreensíveis para aluno de baixo nível etário. Um aspecto que pode ser consensual é o recurso ao formato narrativo para enquadrar conteúdos de diferentes disciplinas, na medida em que essa forma de comunicação é particularmente significativa para alunos mais jovens. Trata-se então de prever formas de o concretizar, sugeridas pelos docentes do ponto de vista da sua disciplina e debatidas em conjunto com o director de turma no sentido de se acordarem algumas linhas comuns ou convergentes. Será assim o director de turma quem vai assumir uma actuação de coordenação e gestão curricular que só no quadro desta função se pode concretizar.

Liderança e gestão curricular no quadro do conselho de turma.

O papel do director de turma é também relevante na gestão das próprias relações que se estabelecem no seio do conselho, dependendo muito da sua estratégia como líder a eficácia do funcionamento deste órgão. O director de turma tem de gerir, antes de mais nada, as relações pessoais/ profissionais dentro do conselho, nomeadamente:

Conhecendo os objectivos e natureza das áreas curriculares com que cada professor trabalha;

Valorizando todas as áreas disciplinares e o seu contributo para a formação integral do aluno;

Conhecendo bem os professores, os seus modos de trabalhar e as suas preferências em termos de tarefas cooperativas;

Apelando e dinamizando a responsabilização e participação de todos no trabalho comum a desenvolver relativamente à turma.

Na dinamização da actividade e dos debates no conselho de turma, podem adoptar-se estratégias diversas que operacionalizem com mais eficácia o trabalho dos professores no quadro deste órgão e rentabilizem o tempo disponível.

Sugerem-se algumas modalidades do trabalho, a título exemplificativo com base em observação feita na Escola Secundaria Pedro Gomes:

- Organizar subgrupos de docentes encarregados de preparar actividades (por exemplo, organização de um perfil de competências, preparação de um projecto interdisciplinar) ou temas de análise para reuniões (por exemplo, estudo da caracterização global da turma, mediante levantamento prévio pelo director de turma);
- Propor modos de circulação previa de documentos elaborados pelos professores de uma reunião para outra, incidindo em questão comuns: estratégias, avaliação, outras;
- Organizar modalidades de apresentação das finalidades e aspectos essenciais dos vários programas, através de breves sínteses escritas, que podem servir de base à definição de competências, capacidades e atitudes a desenvolver nas diferentes disciplinas;
- Organizar pequenos estudos de caso, relativamente a situações específicas de alunos ou problemas de aprendizagem globais, subdivididos em áreas de análise a cargo de grupos de dois ou três professores.

Tal lógica de funcionamento da direcção e o conselho de turma implica uma mudança na natureza das reuniões, rentabilizando parte do seu tempo para tarefas de efectiva gestão e

intervenção, em lugar da habitual repetição/ constatação dos problemas e situações surgidos na turma, em que se consome, às vezes com pouca utilidade, muito do tempo disponível.

Evidenciamos a partir dos questionários aplicados aos directores das turmas da Escola Secundária Pedro Gomes, a necessidade de ser reequacionado o sistema de atribuição das direcções de turma que não pode de modo algum ser dissociado do perfil do docente e de critérios relativos à função que lhe é atribuída. A distribuição de direcções de turma para mero complemento de horários, quase sempre a professores menos experientes prática infelizmente frequente não tem qualquer sentido se queremos que o director de turma assuma as funções de gestão curricular; e orientação da aprendizagem dos alunos que realmente lhe cabem. Em algumas escolas têm já sido praticados modelos de atribuição de direcções de turma de acordo com critérios pedagógicos, o que demonstra a viabilidade de tais medidas, no quadro de uma gestão de escola que prioriza a eficácia pedagógica.

Uma outra dimensão a rever prende-se com a coordenação dos directores de turma. Existem, a esse nível potencialidades que devem ser rentabilizadas para desencadear mecanismos de formação que possam ir apoiando os directores de turma em exercício e preparando outros professores para virem a desempenhar essas funções.⁵

Os inconvenientes do não cumprimento das funções do director de turma

O director de turma assume um papel altamente responsável na relação educativa. É ele o intermediário indispensável entre professores, pais e alunos, ao mesmo tempo que tem em mãos a gestão dos processos de aprendizagem, pois o não cumprimento das suas funções tem grande repercussão no processo de ensino e aprendizagem uma vez que se ele não resolver os problemas surgidos na turma pode levar ao aumento de caso de indisciplina nas salas e na escola pois desse relacionamento deve contribuir de uma melhor forma para uma melhor integração dos alunos e desenvolver laços de amizade.⁶

⁵ Roldão Maria do Céu /O director de turma e a gestão curricular, Editora: Instituto de Inovação Educacional.

⁶ Marques Ramiro; O director de turma e a relação educativa, Editora presença -2002

A ACTUAÇÃO DO PROFESSOR PERANTE A INDISCIPLINA

O professor é um dos intervenientes principais no processo de ensino – aprendizagem. O êxito ou fracasso dos estabelecimentos de ensino dependem muito da sua actuação. Ele tem um papel fundamental na prevenção e resolução dos problemas de disciplina.

O docente para minimizar as situações de indisciplina deve ter em conta os seguintes procedimentos.

- O estabelecimento dos primeiros contactos entre professores e alunos;
- O estabelecimento de regras e procedimento;
- A regulação dos comportamentos dos alunos nas salas de aulas;
- Uma intervenção planificada e dirigida para alunos que manifestem comportamentos de carácter problemático;
- A gestão do processo de ensino – aprendizagem. (Lopes:2002)

O primeiro procedimento consiste na fase de interacções exploratórias entre alunos e professores, em que os alunos observam e testam os professores. Desenrola -se em três fases, fase inicial, fase do teste e fase de estabilização das representações. Os alunos nestas fases testam o professor a nível da sua postura, conhecimentos e afectividade. Classificam os professores em severo, fixe ou impostor (nível relacional), competente ou incompetente (nível instrumental) e a nível afectivo (gostar/ não gostar) Cosme, A; Trindade, R; 2002:10). O segundo caso, o estabelecimento de regras e procedimentos têm muita importância porque na vida tudo tem regras e a escola não é excepção. As mesmas devem ser cumpridas mas antes devem ser explicitadas, discutidas e negociadas. Isso implica a necessidade de reconhecer a importância das regras, a indicação das mesmas, a enumeração das infracções admissíveis e as não admissíveis e dar a conhecer as respectivas consequências. Os alunos e professores ao seleccionarem as situações de indisciplina, ao formularem as regras, ao enumerarem as consequências do não cumprimento, ficam mais responsáveis e não cometem tantas infracções.

Para que tudo isso aconteça “*as regras devem ser formuladas com clareza, com precisão e definidas pela positiva de forma a saber – se quais os comportamentos esperados mais do*

que os comportamentos a não admitir, as regras devem traduzir não só as expectativas relativamente ao comportamentos dos alunos como as referentes ao comportamento dos professores” (Cosme, A; Trindade, R; 2002:13).

Os professores eficazes introduzem as regras com frequência para resolver problemas, desde o primeiro dia de aula, enquanto que os professores ineficazes não introduzem regras claras e concretas desde o início das aulas e as poucas que enumeram são vagas e forçadas.

O terceiro caso, a regulação dos comportamentos nas salas de aula, tem a ver com o saber lidar com pequenos trabalhos. “...*Maximização do tempo de envolvimento dos alunos em actividades académicos produtivas*”(…) “*Rápida resolução de episódios menores de desatenção ou agitação, antes que evoluam para formas graves de perturbação* “ (Lopes, 2002;citado por Cosme, A; Trindade , R; 2002:15). Para que isso aconteça os professores têm que ter as seguintes competências: Testemunhação sobreposição, gestão estratégica dos sinais exteriores perturbadores do funcionamento da sala de aula, variedade e desafio do trabalho no lugar.

Na primeira competência o professor tem que estar de tal forma atento que possa testemunhar qualquer comportamento do aluno dentro da sala de aula, através do rasteio visual, das deslocações na de aula, da gestão adequada de um sistema de sinais. O professor deve criar um código a nível de sinais, e através desses sinais, o aluno vê que deve modificar o seu comportamento. Estes sinais provam que o professor está atento e tornam a repreensão sigilosa.

Na segunda competência o professor tem que ser capaz de realizar, simultaneamente várias tarefas. Por exemplo, ao ocupar os alunos tem que ajudá-los nas tarefas individuais e ao mesmo tempo controlar a turma.

A terceira competência permite aos professores saberem identificar e distinguir os diferentes tipos de comportamento e estarem sempre atentos para corrigi-los de forma a criar nos alunos mais autonomia perante os trabalhos.

Para que haja um trabalho positivo o professor deve utilizar as estratégias de reforço social e contratos comportamentais. Os contratos comportamentais permitem a negociação entre professores e alunos, são retratados num documento formal, escrito, onde são especificadas todas as responsabilidades sobre o cumprimento de uma tarefa (ver anexo).

No contributo para uma intervenção planificada e dirigida para alunos que manifestam comportamentos de carácter problemático, o professor tem que fazer o levantamento exaustivo dos comportamentos perturbadores, agrupá-los, seleccionar os mais

polémicos tentar ver as causas, e pensar na melhor medida para sua actuação (estabelecer um trabalho específico, ou mudar o aluno de lugar ou assinatura de um contrato). Para que isso aconteça os professores devem elaborar fichas ou documentos onde farão os devidos registos.

Quanto à gestão processo ensino – aprendizagem, não é correcto associar mau comportamento a más notas, mas acontece, geralmente que os alunos que perturbam constantemente as aulas não conseguem bons resultados nas respectivas disciplinas. Por isso é necessário criarem-se propostas de intervenção educativa que levem à unificação de estratégias a serem usadas no processo de ensino – aprendizagem. *Trindade e Cosme* (2002) apresentam um conjunto de medidas relacionadas com a organização e planeamento das aulas:

- Planear as aulas e/ou organizar as actividades lectivas (*definir com clareza, em primeiro lugar para si e posteriormente para os alunos, os objectivos que se pretendem atingir numa aula; as tarefas a propor os recursos a utilizar; o processo de organização do trabalho; planificar e diferenciar o processo de avaliação*);

- Organizar o processo de animação pedagógica de uma aula (ser pontual, modelando, deste modo, o comportamento destes alunos; Iniciada a aula importa que os professores ponham e a turma anunciado o inicio das actividades e estabelecendo o programa do trabalho do dia (...)) *Trindade, (2002:25.)*

A prevenção e a resolução de comportamentos inadequado em salas de aula exigem uniformização dos critérios de actuação dos professores. Apresentamos, seguidamente, algumas das situações mais frequentes nas Escolas Secundárias nas Pedro Gomes e as propostas de actuação.

O aluno está a faltar à aula e encontra-se na escola – O professor pede a um funcionário que conduza o aluno à sala de aula e procura averiguar e agir de acordo com os motivos apresentados pelo aluno, se a ocorrência continuar recorre ao Director de turma e por último à Direcção da Escola.

O aluno chega atrasado – O professor averigua os motivos alerta o aluno as consequências negativas se continuar a marcar falta de atraso no livro e deve informar o Director de turma. O aluno não traz o material necessário para aula – O professor averigua os motivos e envia um comunicado ao encarregado de educação, no caso de continuar com a ocorrência deve participar ao Director de Turma. Procedimentos em situações de carácter disciplinar – O professor faz a repreensão e procura formas de ocupar o aluno, se a situação

for de grande gravidade, marcar falta disciplinar e comunicar por escrito ao Director de turma ou encaminha-o ao Conselho de Disciplina ou à Direcção.

Aluno entra na sala a mascar pastilha elástica ou a comer – O professor relembra as regras impostas no início do ano lectivo, manda deitar no lixo ou acabar rapidamente de comer no corredor e alerta-o para que a situação não se repita.

Um aluno ou um grupo de alunos estão no recreio a perturbar o decurso da aula – O professor deverá solicitar a intervenção de um funcionário a fim de encaminhá-los para outro local, em caso de reincidência conduzi-lo-à à Direcção.

CAPÍTULO IV – Estudo de Caso o papel de Director de Turma na Escola Secundária “Pedro Gomes”

1- Breve historial da evolução da escola

A Escola Secundária Pedro Gomes é uma escola secundária da via geral, situada no meio de Achada, nas proximidades de várias instituições educativas, tais como, duas escolas do Ensino Básico (Nova Assembleia e Eugénio Tavares), o ICASE (Instituto Cabo-verdiano de Acção Social e Escolar), Rádio Educativa, jardins infantis, DEGAE (Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos), Instituto Pedagógico, Fundo de Apoio de Ensino a Educação e Instituto da Investigação e do Património Cultural.

A Escola recebe várias influências positivas porque no meio onde está inserida, além de instituições educativas existem instituições públicas, comerciais, privadas e internacionais, como por exemplo, consultórios, bancos, lojas, supermercados, farmácias, esquadra da Polícia de Ordem Pública, Assembleia Nacional, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e União Europeia.

Em função da sua frequência classifica-se em escola de grande dimensão porque conta com mais de dois mil e quinhentos alunos (Boletim oficial, I Série – n.º 25, de 19 de Agosto de 2002, Artigo 7º. Tipologia de escolas secundárias) distribuídos por todos os anos de escolaridade.

Recebeu o nome de Pedro Gomes em homenagem aquele que durante muitos anos demonstrou afinho, dedicação e zelo nas suas tarefas em prol da educação. Interessado, experiente, cumpridor e zeloso são os adjectivos com os quais classifica-se aquele a quem a escola carrega o nome e constitui uma referência para os docentes e discentes.

A escola tem como lema «O saber é luz» porque é uma escola moderna, aberta para a comunidade com intuito de transformar os seus alunos em homens instruídos, cultos, capazes de proteger e melhorar o ambiente onde estiverem inseridos no futuro. Estarão assim a cumprir a terceira estrofe do hino da escola. «Na estrada da vida, construirmos o futuro e, como ramos podados e adubados, tenazes levantamo-nos contra as intempéries e a contaminação». Essa abertura também é demonstrada pelo globo do logótipo da escola. O embelezamento da escola transmite o verde da esperança do cabo-verdiano e o branco simboliza a paz.

O início e o fim do hino são marcados pela expressão «Na estrada da vida» isto, não foi ao acaso, porque a escola secundária trabalha com vista no futuro. Essa expressão é uma repetição boa e lógica porque resume os objectivos principais da mesma que são: fazer com

que o aluno descubra os assuntos que mais lhe interessam, levá-lo a compreender, escrever, olhar, ver, entender, pensar, descobrir a verdade, a beleza, a solidariedade, a justiça e torná-lo respeitador e responsável.

Essa repetição torna-se cada vez mais rica ao fazer paralelo com duas palavras – chave na conduta do ser humano: paz e amor. O hino é algo que caracteriza a escola, as palavras (educadas, fecundadas, esperança, vencer, perseverança, humildade, aprender, construímos, sábios, cautelosos, ciência e tecnologia) que o compõem retratam o estabelecimento e seus objectivos, levando os alunos a desenvolver a capacidade de aceitar, ajudar, conviver, respeitar o outro. A participação de outros agentes educativos, onde a escola está inserida faz com que seja mais valorizada a nível educacional e cultural.

2- Caracterização física da Escola

Na escola existem trinta e duas salas (trinta salas com a dimensão compreendida entre 31 a 50m² e duas com mais de 70m²) num estado razoável de construção e devidamente equipadas. As salas encontram-se distribuídas por três, bloco A com seis salas, bloco B com seis salas e vinte no bloco C. As salas são todas compostas, com três ou quatro filas de carteira ocupadas por cada.

Ainda, tendo em conta os espaços específicos da escola existem, uma secretaria, uma biblioteca, uma sala dos professores, uma sala de informática, uma sala onde funciona a associação dos alunos, uma sala de Internet com dez computadores, uma sala de coordenação, uma reprografia/ papelaria, uma cantina, uma sala de primeiro socorros, dez sanitários (oito a funcionar) e um laboratório.

A direcção da escola contém uma sala para o Director, uma sala para o subdirector administrativo, uma sala para o subdirector pedagógico e para a secretária do director e uma outra sala para assuntos sociais e comunitários.

Na escola não existe sala de leitura, oficina, anfiteatro, armazém/ dispensa, cozinha, placa desportiva, ginásio, sala de reuniões.

No que se refere aos espaços verdes a escola apresenta um espaço para ornamentação e um outro para horticultura.

No ano lectivo 2002/03 funcionaram cinquenta e nove turmas à tarde e trinta de manhã (dez turmas do 7ºano, nove turmas do 8º ano, nove turmas do 9º ano, dez turmas do 10º ano, oito turmas do 11º ano e treze turmas do 12º ano de escolaridade); enquanto que no ano lectivo seguinte funcionaram cinquenta e quatro turmas, vinte e oito turmas à tarde e vinte

e seis turmas de manhã (catorze turmas do 7º ano, nove turmas do 8º ano, nove turmas do 9º ano, oito turmas do 10º ano, seis turmas do 11º ano de escolaridade).

3. Caracterização do corpo docente

Nos anos lectivos 2002/2004 e 2003/2004 a Escola Secundária “Pedro Gomes” albergou noventa e sete professores, dos quais, cinquenta e três são do sexo feminino. Do total dos professores, vinte são licenciados em diversas áreas, quinze não possuem a licenciatura completa, dezasseis professores possuem o bacharelato, quinze não bacharelato incompleto e os restantes professores têm formação noutras áreas. Vinte e nove professores não têm formação pedagógica. A direcção tem a preocupação de colocar os professores não formados no 1º ciclo, e nos outros dois ciclos só se houver necessidade.

A idade dos serviços docentes está compreendida entre os vinte e três e os sessenta anos. O tempo de serviço vai de um a trinta anos. Desses professores vinte e nove têm vínculo com o Ministério de educação, cinquenta e oito são eventuais, seis contratados e três trabalham por acumulação.

A mobilidade dos docentes na escola é grande, devido ao próprio historial da escola. Numa 1ª fase o liceu de Achada Santo António era uma extensão do liceu Domingos Ramos em 1987/88; entre 1994/1996 a escola esteve encerrada, tendo passado todo o pessoal docente, discente e administrativo para o novo estabelecimento de ensino situado na Várzea, em 1996/97 passou de novo a extensão do Liceu da Várzea. Um outro factor que contribui para a mobilidade do corpo docente é facto do Ministério da Educação enviar todos os anos quadros de outras escolas e concelhos.

4. Caracterização do corpo discente

A Escola Secundária “Pedro Gomes” tem alunos oriundos de todos os arredores da cidade da Praia e de diferentes níveis financeiros, sociais e culturais. No ano lectivo 2002/03 contou com dois mil trezentos e trinta e sete alunos dos quais, trezentos e oito abandonaram a escola antes do término das aulas, os restantes encontram-se distribuídos como mostram os quadros seguintes.

Quadro I – Distribuição dos alunos por idade (ano lectivo 2002/03)

Idade	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Nºde alunos	10	228	239	271	236	335	292	213	146	60

O quadro I apresenta a distribuição dos alunos por idade no ano lectivo 2002/03. Neste ano frequentaram a escola dez alunos com doze anos; duzentos e vinte e oito com treze anos; duzentos e trinta e nove com catorze anos; duzentos e setenta e um com quinze anos; duzentos e trinta e seis com dezasseis anos; trezentos e trinta e cinco com dezassete anos; duzentos e noventa e dois com dezoito anos; duzentos e treze com dezanove anos; cento e quarenta e seis com vinte anos e sessenta com vinte e um anos.

Quadro II

Distribuição dos alunos por ano de escolaridade (ano lectivo 2002/2003)

Anos de escolaridade	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Nº de alunos	401	378	287	374	324	573

O quadro II apresenta a distribuição dos alunos por ano de escolaridade referente ao ano lectivo 2002/03, em que quatrocentos e um alunos frequentaram o 7º ano de escolaridade; trezentos e setenta e oito o 8º ano; duzentos e oitenta e sete o 9º ano; trezentos e setenta e quatro o 10º ano; trezentos e vinte e quatro o 11º ano; quinhentos e setenta e três o 12º ano de escolaridade. Há um número significativo de alunos nos 7º e 12º anos de escolaridade.

Dos alunos que frequentaram a escola no referido ano lectivo quinhentos e trinta e seis eram repetentes (setenta e dois do 7º ano; setenta e sete do 8º ano; trinta e três do 9º ano; cento e sessenta e sete do 10º ano; quarenta do 11º ano; e cento e trinta e sete do 12º ano).

Verificou-se que a repetência foi maior no sexo masculino com trezentos alunos e duzentos e vinte e seis do sexo feminino. Nos anos terminais dos ciclos o número de repetentes também foi maior (1º ciclo - 8º ano: setenta e sete alunos; 2º ciclo – 10º ano: cento e sessenta e sete alunos e 3º ciclo – 12º ano: cento e trinta e sete alunos).

O abandono dos estudos é maior nos anos terminais do ciclo (oitenta e seis alunos do 8º ano, cinquenta e oito do 10º ano e setenta e um do 12º ano) e no sexo masculino (duzentos e trinta e seis alunos contra setenta e duas alunas).

No ano lectivo 2003/2004 a escola contou com dois mil seiscentos e dez alunos, dos quais noventa e cinco abandonaram os estudos antes do término das aulas, os restantes tendo em conta a idade e os anos de escolaridade encontram-se distribuídos como mostram os seguintes quadros:

Quadro III

Distribuição dos alunos por idade (ano lectivo 2003/2004)

Idade	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Nº de alunos	40	206	230	289	292	197	195	174	124	102	92

O quadro III apresenta a distribuição dos alunos por idade referente ao ano lectivo 2003/04. Neste ano frequentaram a escola quarenta alunos com onze anos; duzentos e seis com doze anos; duzentos e trinta com treze anos; duzentos e oitenta e nove com catorze anos; duzentos e noventa e dois com quinze anos; cento e noventa e sete com dezasseis anos; cento e noventa e cinco com dezassete anos; cento e setenta e quatro com dezoito anos; cento e vinte e quatro com dezanove anos; cento e dois com vinte e sessenta e dois com vinte e um anos. Verifica-se um aumento de alunos dos onze anos até aos quinze anos e a partir dos dezasseis anos houve um decréscimo.

Em relação ao ano anterior os alunos entraram no ensino secundário com menor idade (onze anos) e na maioria dos casos o número de alunos por idade é menor excepto os alunos com treze e quinze anos em que a diferença é insignificante, houve um aumento considerável só nos discentes com vinte e um anos.

Quadro IV

Distribuição dos alunos por ano de escolaridade (ano lectivo 2003/2004)

Anos de escolaridade	7º	8º	9º	10º	11º	12º
Nº de alunos	555	354	306	254	219	398

O quadro IV apresenta a distribuição dos alunos por ano de escolaridade que frequentaram a escola no ano lectivo 2003/04. Dos discentes que ali estudaram quinhentos e cinquenta e cinco pertenceram ao 7º ano; trezentos e cinquenta e quatro ao 8º ano; trezentos e seis ao 9º ano; duzentos e cinquenta e quatro ao 10º ano; duzentos e dezanove ao 11º ano e trezentos e noventa e oito ao 12º ano de escolaridade.

Em relação ao ano lectivo anterior houve um aumento nos primeiros anos do 1º e 2º ciclos e uma diminuição significativa nos outros anos. O maior número de alunos manteve-se no 7º e 12º anos.

Dos alunos que frequentaram a escola neste ano lectivo quatrocentos e trinta e dois eram repentes (oitenta e um do 7º ano; setenta e quatro do 8º ano; setenta e nove do 9º ano; cinquenta e três do 10º ano; vinte e três do 11º ano; cento e vinte e dois do 12º ano de escolaridade). A repetência foi maior no sexo feminino (duzentos e dezoito) do que no sexo masculino (duzentos e catorze).

Dos alunos que abandonaram os estudos, o índice foi maior nos 8º (vinte e oito alunos) e no sexo feminino (sessenta e seis alunas enquanto que do sexo masculino foram só vinte e nove).

Quadro V – Distribuição dos alunos por ano lectivo 2002/03-2003/04

Situação dos alunos	Ano lectivo 2002/03	Ano lectivo 2003/04
Aprovados	1811	2086
Reprovados	218	429
Abandono	308	95
Total	2337	2610

O Quadro V apresenta a distribuição dos alunos por ano lectivo e respectiva situação no que toca ao aproveitamento e ao abandono escolar. O quadro mostra a considerável diminuição do número de alunos que abandonaram os estudos antes do término do ano lectivo.

5. Caracterização do Corpo Administrativo

A escola conta com a direcção (director, subdirectores pedagógico, administrativo e financeiro, assuntos sociais e comunitários e uma secretária), com o pessoal administrativo da secretaria (dois funcionários do quadro do Ministério, habilitados com 12º ano e ex-5º ano desempenhando as funções de auxiliar administrativo e técnico tributário auxiliar) e o pessoal auxiliar. O pessoal auxiliar divide-se em três grupos:

- Primeiro grupo: Auxiliares de acção educativa (diurno) composto por sete elementos, todos desempenhando a função de ajudante de serviços gerais;
- O segundo grupo: Auxiliares de acção educativa (nocturno) composto por dois indivíduos de sexo masculino, contratado com a 4ª classe desempenhando a função de guarda.

E por último um indivíduo contratado, com 4ª classe desempenhando a função de porteiro, pertence ao grupo de serviços de portaria.

6. Organização e gestão da escola

A escola é uma organização específica que exige autonomia, participação e qualidade. «A escola é uma empresa educativa, cuja finalidade é a produção de bens reclamados pela sociedade (alunos bem formados e socializados) com eficiência e eficácia.»

(Sedano; Pérez)⁷

Não é possível falar ou trabalhar o papel de director de turma sem o conhecimento da organização das escolas. Isto leva-nos a conhecer e compreender melhor o funcionamento das instituições, as suas semelhanças, divergências e diversidades e permite-nos uma maior compreensão dos comportamentos e atitudes das pessoas que ali trabalham.

A gestão e funcionamento das escolas secundárias regem pelo Decreto-lei nº 20/2005 de 19 de Agosto em que estabelece o Regime das Organização e Gestão das mesmas.

Este decreto-lei tem como princípios gerais (art. 12). A gestão pedagógica e administrativa dos estabelecimentos do ensino secundário é assegurada pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia da Escola
- b) Conselho Directivo
- c) Conselho Pedagógico
- d) Conselho de Disciplina

A Escola Secundária Pedro Gomes cumpre o que está estipulado no decreto-lei nº 20/2002 de Agosto - Regime De Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Secundário em relação à composição dos órgãos atrás referidos, excepto no Conselho de Disciplina. O Conselho de Disciplina não respeita o que vem estipulado na lei ao nível da sua constituição porque falta um delegado dos pais e encarregados de educação e um delegado dos alunos. A legislação apresenta um conjunto de elementos que devem constituir o Conselho de Disciplina, um elemento que preside; um coordenador de disciplina; um delegado dos pais e encarregado de educação, dois directores de turma e um delegado dos alunos. Mas esta composição não é respeitada na Escola Secundária

⁷ Sedano Perez (1998); citado por Fonseca; (1992: 14). Apaut.

Pedro Gomes, onde geralmente, o conselho é constituído por cinco professores escolhidos sem critérios.

O Conselho de Disciplina está responsabilizado pela prevenção e resolução dos problemas disciplinares. Este órgão tem várias competências e as mesmas são postas em prática excepto três que são muito importante, (alíneas c, d e f) «sensibilizar a comunidade escolar e a sociedade local para questões de disciplina.»; «promover palestras, mesas redondas, programas radiofónicas, divulgação de boletins e tudo o que mais se entender conveniente para uma maior formação moral e cívica dos alunos»; «propor formas de ocupação dos alunos que tenham sido suspensos da frequência das aulas» (artº.47).

A escola deveria apostar fortemente nestas competências, porque sensibilizar a comunidade é fundamental, assim os próprios pais estariam melhor preparados na educação familiar e ajudariam a escola na resolução de vários problemas disciplinares. Promover palestras, mesas redondas e programas radiofónicas são meios e formas de divulgação que ajudam no combate à disciplina porque os alunos e professores estariam constantemente informados sobre os seus direitos e deveres e mais conscientes dos seus actos.

Promover formas de ocupação dos alunos seria benéfico porque muitos deles ao serem suspensos, ficaram em casa ou nos arredores da escola e quando regressam cometem os mesmos erros. A ocupação levaria o aluno a reflectir sobre os seus actos.

Segundo os elementos do Conselho de Disciplina, o órgão aposta fortemente na prevenção, mas pela análise dos casos verificamos que a punição está em paralelo com a prevenção.

A punição não é surpresa para os alunos, nem para os pais porque desde tempos remotos é usada no sistema de ensino cabo-verdiano. No seminário de S. Nicolau em 1892 já existiam penas e louvores no regulamento do mesmo.⁸ A escola preocupa-se em encontrar respostas para os problemas disciplinares, mas esta tarefa está sendo árdua. Muitas vezes a escola sofre invasões de pessoas oriundas de bairros distantes da escola, alguns desses invasores frequentaram a escola com insucesso. Ainda a instituição enfrenta o problema de indisciplina a nível interno porque tem alunos provenientes de todos os bairros da capital.

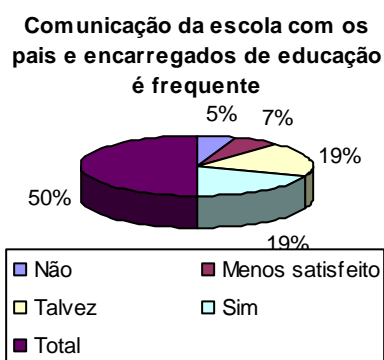
⁸ Título VII Prémios e Penas; artigos 69º a 79º de 14 de Outubro de 1892, publicação da Revista Artiletra em Outubro de 2004.

Capítulo V

Análise dos dados

Da análise feita, e de acordo com a nossa questão 2 do nosso questionário podemos verificar que dos inquiridos (alunos e pais encarregados de educação), todos responderam que têm confiança na escola. Da pesquisa feita constatamos que a maioria dos professores directores de turma responderam nem sempre a comunicação da escola entre pais encarregados de educação e a comunidade é frequente. Conforme apresenta o gráfico abaixo.

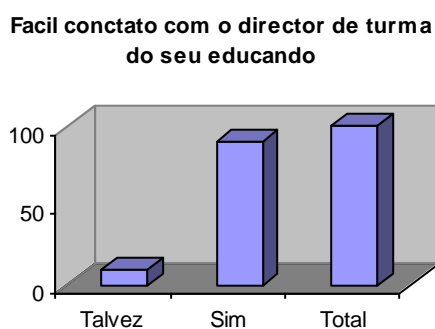
Gráfico I



Fonte: Inquéritos por questionários aplicados aos alunos.

Enquanto que dos pais encarregados de educação responderam que é fácil contactar o director de turma do seu educando. Conforme afirma o gráfico II.

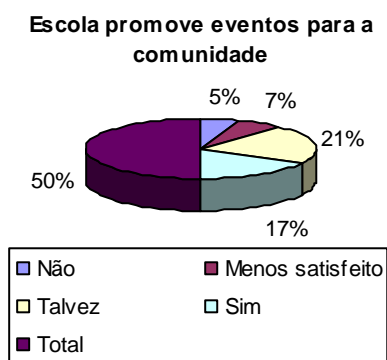
Gráfico II



Fonte: Inquéritos por questionários aplicados aos Pais e encarregados de educação.

Dos inquiridos (professores, directores de turma e pais encarregados de Educação), responderam que nem sempre a escola promove eventos que permite contactos entre encarregados de educação e a comunidade. Confirmando a afirmação no gráfico III.

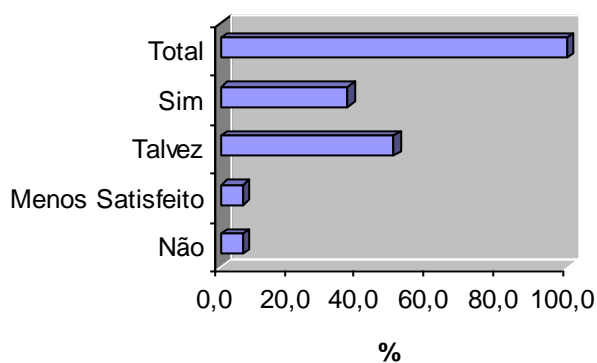
Gráfico III



Fonte: Inquéritos por questionários aplicados aos Pais e encarregados de educação.

Da análise feita constatamos que tantos os alunos como os pais e encarregados de educação, são de opinião que há comunicação fácil entre professores, alunos e pais encarregados de educação. Opinam ainda que nem sempre há uma comunicação fácil entre director de turma e pais e encarregados de educação. **Gráfico IV**

Facilidade de comunicação entre director de turma, pais e encarregados de educação

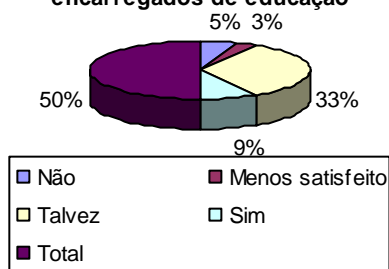


Fonte: Inquéritos por questionários aplicados aos alunos.

Dos inquiridos (professores/directores de turma, pais e encarregados de educação) responderam que nem sempre o director de turma promove reuniões frequentes com os pais encarregados de educação.

Grafico V

O director de turma promove reuniões frequentes com os pais encarregados de educação



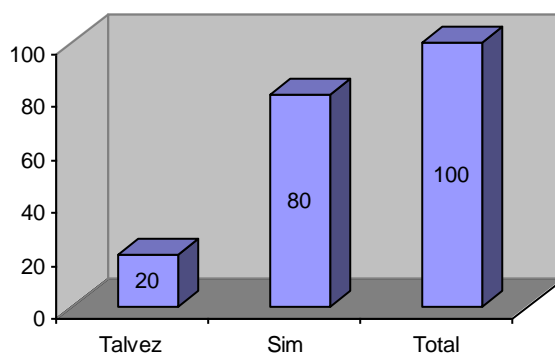
Fonte: Inquéritos por questionários aplicados professores directores de turma.

Enquanto que os pais encarregados de educação responderam que os representantes dos pais encarregados de educação participam em todas as reuniões. Da pesquisa feita constatamos que (alunos e professores/ directores de turma), responderam que nem sempre as normas de disciplina existentes favorecem a convivência, e enquanto os professores/directores de turma responderam que as normas de disciplina são aplicadas pronta e integralmente para todos.

Da análise feita os inquiridos (alunos e professores/directores de turma), responderam que nem sempre o tempo de aulas é bem aproveitado na escola, e também durante as aulas os professores fazem perguntas sobre pontos-chave da lição para verificar e compreensão e estimular o raciocínio dos alunos. Dos inquiridos (alunos, professores/ directores de turma e pais, encarregados de educação), a maior parte 80% são de opinião que os eus educandos apreendem nesta escola e a menor 20% são de opinião que os seus educandos não apreendem nesta escola.

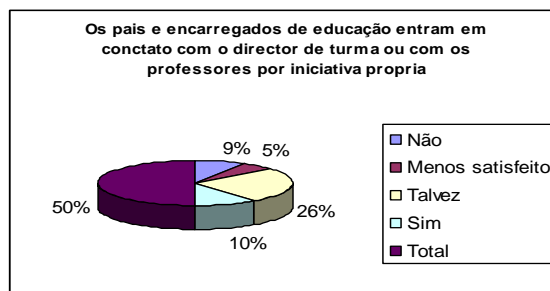
Gráfico VI

O educando aprende na Escola secundária Pedro Gomes



Dos inquiridos (professores/ directores de turma e pais, encarregados de educação), responderam que nem sempre os encarregados de educação entram em contacto com o director de turma por iniciativa própria.

Grafico VII



Fonte: Inquéritos por questionários aplicados professores directores de turma.

Da análise feita verificamos que (alunos, professores/ directores de turma e pais encarregados de educação), responderam que sempre a direcção promove reuniões frequentes com a comunidade escolar.

Dos alunos inquiridos, todos responderam que estão satisfeito com o nível de manutenção e higiene das instalações e que recebem um tratamento correcto na escola. Da análise feita constatamos que (pais encarregados de educação), responderam que é fácil contactar com o conselho directivo. Dos alunos inquiridos, todos responderam que nem sempre o pessoal que trabalha na escola atende-lhes quando colocam qualquer assunto. Na análise feita todos os alunos, responderam que nem sempre estão satisfeitos com as actividades extra – escolares, e nem com serviços complementares (biblioteca, cantina). Dos inquiridos (professores e alunos), responderam que nem sempre a organização e o funcionamento da escola são bons. Da análise feita verificamos que (professores/ directores de turma e pais encarregados de educação), responderam que sempre expressão confiança na capacidade de aprendizagem dos alunos independentemente da cor da classe social dos alunos ou outras características pessoais. Dos alunos inquiridos, todos responderam que estão satisfeitos pela forma como lhes ensinam. Da análise feita constatamos que (alunos e pais encarregados de educação), responderam que tem mecanismos adequados para efectuar sugestões para o funcionamento da escola e também que os professores começam as aulas pontualmente. Dos professores/ directores de turma inquiridos, responderam que os professores, administradores e pais encarregados de educação se referem à escola como um

lugar onde há atenção e cuidado em relação aos alunos. Dos pais encarregados de educação inquiridos, responderam que sempre o seu educando aprende nesta escola.

Conclusões

O Presente trabalho de investigação que desenvolvemos e que como modelo metodológico, apresentamos um estudo de caso, constitui uma oportunidade para aprofundar os conhecimentos sobre o papel do director de turma na escola secundária Pedro gomes na vida da escola. Dada a importância e as particularidades do tema, procuramos centrar o nosso estudo apenas em alguns aspectos essenciais, deixando em aberto e servindo de estímulo para se continuar a investigar nessa área futuramente.

Da análise feita no ponto anterior constatamos que tanto os professores como a direcção da escola não receiam a participação da comunidade o que vem contrariar uma das nossas hipóteses definidas para este trabalho.

Não se pode dizer o mesmo quanto à outra hipótese formulada quando afirmámos que os pais dos alunos que têm nível de escolaridade mais alto participam mais, já que os dados obtidos confirmam essa hipótese. Ora vejamos quando inquerimos aos pais se participam nas actividades, dos que responderam que participam sempre a maioria possui o nível secundário e alguns têm o nível superior, por outro lado os que responderam que nunca tinham participado todos eles possuem a 4ª Classe.

Apesar da legislação vigente incentivar a participação da comunidade na vida da escola e da problemática ser discutida em varias instâncias da sociedade, as dificuldades não são ultrapassadas na sua totalidade, as escolas parecem manter quase sempre os seus padrões tradicionais e igualmente as comunidades estão quase sempre de costas voltadas para a escola.

Assim sendo concluímos que:

- A escola não tem programado actividades relacionadas com a vida da comunidade;
- Os pais aparecem na escola somente quando são convocados para as reuniões ou quando pretendem resolver qualquer problema entre o seu educando e a escola, e isto mostra que a comunidade contacta a escola em situações pontuais;
- Os pais não participam na escola como membros da comunidade;

- A falta de sensibilidade leva os pais a participarem de forma negativa nas actividades escolares.

Durante muito tempo considerou-se que o relacionamento escola-comunidade deveria resumir-se basicamente em contactos muito restritos.

O consenso é hoje cada vez maior sobre a necessidade de se introduzirem alterações na forma do relacionamento entre a escola e comunidade. As escolas parecem estarem cada vez mais conscientes da importância dessa relação daí que chegamos à conclusão que:

- Por parte da escola há um encorajamento para uma participação voluntária dos pais e encarregados de educação. Mas já não se verifica esse encorajamento para a participação da comunidade local nas actividades desenvolvidas e nem nas actividades que promovam a melhoria das condições de funcionamento da escola;
- A comunidade em geral e mais concretamente os alunos têm uma boa relação com a escola, ajudando na realização do projecto educativo da mesma como por exemplo zelar pela protecção, conservação, higiene e segurança da escola;
- Os agentes educativos concretamente os professores os alunos a direcção, estão conscientes do benefício que a escola terá envolvendo a comunidade.

Com a realização deste trabalho podemos concluir ainda, que, não podemos falar neste caso concreto, que há uma participação efectiva da comunidade na vida da escola ou uma relação entre a gestão escolar e a participação da comunidade uma vez que existe alguma contradição relativamente a alguns aspectos. Aliás essas contradições aparecem tanto na direcção da escola e professores como nos alunos e pais/encarregados de educação. Ora vejamos alguns exemplos:

- Os pais afirmam que aparecem na escola a qualquer momento enquanto que a direcção diz que a maioria dos pais quando aparecem na escola é para saberem do aproveitamento do seu educando;

- A direcção diz estar satisfeito com as relações que a escola mantém com a comunidade porque têm aparecido com frequência na escola e em seguida diz que os pais procuram o conselho directivo somente quando querem saber do aproveitamento dos seus educandos;

- Nem todos concordam que existem frequentes contactos entre a escola e a comunidade. Os professores afirmam que contactam os pais dos seus alunos através de reuniões. Por outro lado os pais afirmam que contactam a escola sempre que necessário;

Os alunos afirmam que os pais aparecem na escola quando existe qualquer problema entre o seu educando e a escola enquanto que os pais dizem aparecer na escola sempre que necessário.

RECOMENDAÇÕES

As conclusões chegadas permitem-nos apresentar algumas recomendações que julgamos, poder em alguns aspectos melhorar o papel do director de turma na escola. Contudo conforme já dizia Trillo (1994) “ a comunidade e a escola têm que ser entendidas como âmbitos de interdependência e de influencia recíproca... os indivíduos, os grupos e as redes presentes na escola estão-no também na comunidade local, não podendo ser concebidos uns sem os outros...”

A relação entre a escola e a comunidade é de extrema importância na educação, visto que é o processo social mais generalizado dos agrupamentos humanos. E se não houver um feedback entre estes dois parceiros tradicionais, o processo social fica, ameaçado, tendo em conta que a educação tem um papel que é de socializar os indivíduos.

Há que consentir esforços no sentido de fazer do estabelecimento de ensino uma verdadeira “comunidade educativa” na qual professores, alunos, famílias e órgãos de gestão se juntem na concretização dos projectos educativos dos estabelecimentos de ensino, e que possam trabalhar em parceria para alcançar a sua meta partilhada de sucesso para todos.

Com base nestes pressupostos apresentamos algumas propostas e possíveis sugestões:

- A escola deverá esforçar-se a fim de realizar actividades mais atraentes ou seja do interesse da comunidade lembrando sempre que a comunidade é a sua maior parceira e colabora no processo ensino aprendizagem;
- Organizar palestras e debates nas próprias comunidades;
- Sensibilizar mais a comunidade sobre a importância da participação da mesma na vida da escola a fim de se envolverem mais na participação;
- Aumentar o número de representantes de pais/encarregados de educação nas zonas mais distantes do concelho, já que a dispersão geográfica é um dos obstáculos para aproximar a escola da comunidade.

Por um lado, se a escola deve procurar melhorar a sua forma de agir, por outro lado achamos que os pais e a comunidade em geral também têm uma posição a assumir.

A comunidade em geral, os pais/encarregados de educação em particular, mesmo quando aparecem na escola para qualquer tipo de actividades, mantêm-se à margem da cultura escola não a compreendem nem se integram nela como se a escola fosse uma coisa à parte. Assim sendo recomendamos que:

- A comunidade e os pais devem estimular uma boa relação com a escola, procurando ajudar a escola a desenvolver e a concretizar os seus projectos educativos.
- A comunidade deve ser um participante activo nas actividades escolares ajudando no melhoramento do processo ensino/aprendizagem;
- Procurar estar mais perto dos representantes da associação de pais de cada zona no sentido de se inteirarem da situação da escola;
- Por ultimo a comunidade deve zelar pela protecção e segurança da escola para o bem de todos.

Para concluir gostaríamos de deixar aqui expresso a nossa intenção em devolver o trabalho a comunidade e à Escola Secundária Pedro Gomes.

Que o trabalho servisse de reflexão no sentido de provocar mudanças, promovendo o Papel do director de turma na vida da escola.

Com base na análise feita avançamos algumas sugestões: Os directores de turma devem providir informação actualizada sobre os alunos e o seu meio familiar, proceder ao contacto permanente com os familiares e criar actividades para envolver todos os intervenientes. A escola deve organizar o dossier de turma.

- Folha com fotocópia de fotografia dos alunos;
- Horário de turma;
- Fichas individuais dos alunos com situação socio-económica e cultural dos pais encarregados de educação;
- Registos de faltas e informação dos professores;

- Justificação de faltas, atestados, participação disciplinares e processos disciplinares;
- Convocatórias e relatórios das reuniões;
- Actas dos conselhos de turma para avaliação;
- Calendário das actividades do director de turma;
- Actividades desenvolvidas pelo director de turma.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Natério. A participação dos encarregados de educação na direcção das escolas; In Inovação, vol. 6 nº 22 (1993).
- AFONSO, Almerindo Janela. O processo Disciplinar como meio de controlo social na sala de aula, Braga. Universidade do Minho (IE), 1991.
- BARROSO, João – Autonomia e gestão das escolas, Dez 1996, Edição Ministério de Educação.
- BARROSO, João. Modos de organização pedagógicos e processo de gestão da escola: Sentido de uma evolução; In-1.4.3 – Procedimentos-1.4.3- Procedimentos Inovação, vol.4, nº 2- 3 (1991).
- BLACHET, Alain e GOTMAN, Anne. (1992) L enquêt et ses Metthodes: l entretien.Paris: Éditions Nathan.
- BERTRAND, Yves e VALOIS, Paul, (1994), Paradigmas educacionais – Escola e sociedade, Lisboa, Edições agence d´arc, Horizontais Pedagógicas, Instituto Piaget.
- CARVALHO, A. j. Organização do ensino secundário – Directores de Classe e chefes de Turma; In Arquivo Pedagógico, vol II, nº 1, 1921.
- CORREIA, José Alberto. Inovação Pedagógico e formação de professores. Porto, Edições ASA.1986.
- COUTINHO, Maria de Sousa. O papel do Director de Turma na Escola Actual. Porto, Editora, 1994.
- COMISSÃO de Reforma do Sistema Educativo, Ministério da Educação. Projecto Global de Reforma. Lisboa, Ministério da Educação, Gabinete dos Estudos e Planeamento 1994.

- Cosme, A; Trindade; R; 2002. Manual de Sobrevivência para professores. Porto. Edições ASA.
- DELORS, Jaques, et tal, (1996), Educação um tesouro a descobrir, Lisboa, Edições ASA.
- FONSECA, A.(1998). A Tomada de Decisões na Escola.Lisboa.Texto Editora.
- GHILARDI, Franco e SPALLAROSA, Carlo, (19919, Guia para organização da escola, (2ªed), porto, Edições ASA.
- MARQUES, Ramiro – O Director de Turma / O Orientador de Turma – Estratégias e Actividades, Texto Editora, LDA, 1ª edição, LISBOA, 1989.
- MARQUES, Ramiro – o director de turma e a relação educativa, Editora 2002.
- LINGUA, Portuguesa – Dicionário (5ªed), COSTA, Almeida e Sampaio A, (1997), Lisboa, Porto, Editora LDA.
- LUDKE, M.e ANDRÉ, M.(1986), Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária LTDA.
- MAZZOTTI, A. e GEWANDSZNAJDER, F. (1998), O Método nas Ciências Naturais e Socais. São Paulo ED. Pioneira.
- Plano Estratégico para a Educação – Ministério da Educação, 2003.

Texto legais

1- Decreto – lei nº 20/2002 de 19 de Agosto: Cria o Regime de Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Secundário

2- Decreto-lei nº 42/ 2002, de Outubro: Cria o sistema de avaliação do Ensino Secundário

3- Decreto – lei nº 18/2002 de 19 de Agosto: Cria o regime de propinas e Emolumentos a que estão sujeitos os alunos que frequentaram as Escolas Secundárias Públicas.

4- Lei nº 113/V/99 de 18 de Outubro: Altera a lei de Bases do sistema educativo, no capítulo relativo ao Ensino Secundário Boletim oficial nº 38/99.

5- Ministério de Educação, lei nº 103/III/90 de Dezembro - Lei de Base do Sistema Educativo.

Outros Documentos

- Título VIL Prémios e Penas; artigos 69º a 79º de 14 de Outubro de 1892, publicação da Revista Artiletra em Outubro de 2004.
- www.somlivre.pt/loja/viewItem.asp?idProduct=198138&idAffiliate=41 acessado em 25/05/2006 às 11:00 horas;
- <http://www.prof2000.pt/users/amartins/direcÃ§Ã£oDeturma.htm> acessado em 25/05/2006 às 11:15 horas.

ANEXOS